



**instituto** para o desenvolvimento **democrático**

**PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO) *LATO***  
***SENSU À DISTÂNCIA EM***  
***DIREITO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA***

**2015 – 1º SEMESTRE**



instituto para o desenvolvimento democrático

## ÍNDICE

1	Apresentação .....	3
2	Programa .....	4
3	Corpo Docente e Colaboradores.....	6
4	Metodologia.....	8
5	Certificação .....	9
6	Investimento.....	9
7	Sobre o IDDE .....	9
8	Informações Institucionais.....	11



instituto para o desenvolvimento democrático

## PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU À DISTÂNCIA EM DIREITO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA

### 1 APRESENTAÇÃO

O IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático promove, no Brasil, a primeira **Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) à Distância customizada para a DEFENSORIA PÚBLICA**, concebendo-a como espaço de formação, troca de experiência e networking, norteado pela preocupação com a **excelência**.

O Curso foi planejado para ser o ambiente privilegiado de análise dos fundamentos teóricos, dogmáticos, jurisprudenciais e administrativos atinentes à atividade cotidiana dos **Defensores Públicos**, dentro de um panorama reflexivo que inclui disciplinas de formação geral, disciplinas dogmáticas, apresentação e discussão de *cases*.

O IDDE possui **destacada experiência** na área, tendo realizado cursos de Pós-Graduação tanto para o público em geral, quanto na modalidade *in company*. O exemplo mais próximo a citar é a **Especialização à distância em Advocacia Pública** desenvolvida para a AGU e para várias Procuradorias Gerais de Estados e de Municípios que conta com procuradores de todas as partes do país e altíssimo índice de aprovação. Confira alguns depoimentos de destaque:

*“Parabenizo o IDDE e as instituições vinculadas pela qualidade da EaD oferecida, tanto em nível operacional, quanto aos professores, conteúdos didáticos e textos para leitura.”* Milton Chicalé Correia

*“Venho dar meus sinceros parabéns pelo curso: enriquecedor e de alto nível”.*  
Alessandro Vendramini Langerhorst

Além da expertise do IDDE, o curso conta com a participação da **Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra através do *Ius Gentium Conimbrigae*/Centro de Direitos Humanos**, parceira do IDDE nos seus Cursos de Especialização realizados no Brasil, e da **AVM Faculdade Integrada**.



instituto para o desenvolvimento democrático

## 2 PROGRAMA

### Título

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA

### Objetivo Principal

- Aprimorar a atividade funcional dos interessados, a partir do aprofundamento dos pressupostos teóricos, dogmáticos e jurisprudenciais das atividades estratégicas atinentes à Defensoria Pública.

### Objetivos Específicos

- Propiciar a capacitação de profissionais que preferem o Ensino à Distância ou não têm disponibilidade para realização do Curso presencial, garantindo o acesso de todos à Pós-Graduação.
- Atualizar o conhecimento sobre os fundamentos do Direito, da Teoria Hermenêutica, da Teoria da Argumentação Jurídica e das disciplinas jurídicas dogmáticas relacionadas diretamente à Defensoria Pública.
- Capacitar os participantes em relação às principais questões da sua atividade profissional cotidiana.
- Promover a comunicação e o *networking* entre os participantes.
- Levantar as teses jurídicas essenciais à função.
- Estimular a produção bibliográfica dos participantes.
- Conhecer a visão do Direito Comparado.
- Valorizar a Defensoria Pública.

### Conteúdo Programático

O Curso será estruturado em três módulos:

1. **Módulo comum** (110h): obrigatório para todos os alunos
2. **Módulo específico** (190h): o aluno deverá escolher uma das duas opções existentes
3. **Temas especiais** (60h): o aluno deverá escolher três das seis disciplinas disponíveis

#### 1. MÓDULO COMUM

EIXOS	DISCIPLINAS
Direito e Contemporaneidade	Constituição, Democracia e Hermenêutica
	Argumentação e Decisão Judicial
	Direito Internacional dos Direitos Humanos
	Soluções Extrajudiciais de Conflitos
	Metodologia do Trabalho e da Pesquisa Científica



instituto para o desenvolvimento democrático

<b>Estatuto Jurídico-Constitucional da Defensoria Pública</b>	Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988
	Os novos desafios da Defensoria Pública

## 2. MÓDULO ESPECÍFICO

### 2.1 OPÇÃO 01: Direito Civil e Processual Civil

<b>EIXO</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
<b>Direito Civil e Processual Civil</b>	Direito de Família
	Contratos
	Direitos Reais
	Obrigações
	Inovações do novo CPC
	Meios de Impugnação das Decisões
	Procedimentos Especiais
	Tópicos em Tutela Coletiva

### 2.2 OPÇÃO 02: Direito Penal e Processual Penal

<b>EIXO</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
<b>Direito Penal e Processual Penal</b>	Filtragem constitucional do processo penal
	Teoria da Pena
	Tópicos em Legislação especial*
	Gestão da Prova no Processo Penal
	Tópicos em Execução penal
	Prisão e Liberdade
	Tribunal do Juri
	Justiça Restaurativa

\* Lei Maria da Penha, Tóxicos, Crimes eleitorais, Crimes Ambientais, Crimes contra a ordem econômica e tributária.

## 3. TEMAS ESPECIAIS

<b>EIXO</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
<b>Temas Especiais</b>	Tópicos em Direito do Consumidor
	Tópicos em Direito à Saúde
	Tópicos em Direito Orçamentário e Financeiro
	Tópicos em Direito da Criança e do Adolescente
	Tópicos em Direito Ambiental
	Tópicos em Direito Administrativo



instituto para o desenvolvimento democrático

## Datas

- **Previsão de Início:** 17 de junho de 2015 / **Término:** maio de 2016.

## 3 CORPO DOCENTE E COLABORADORES

O Corpo Docente deverá ser definido com a participação das Escolas das Defensorias Públicas. Segue abaixo lista com sugestão de nomes de Professores dos Cursos do IDDE.

### Portugal

#### **Jónatas Machado**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Diretor do Centro de Direitos Humanos (*Ius Gentium Conimbrigae*) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

#### **Pedro Gonçalves**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Advogado (sócio da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva, Sociedade de Advogados). Diretor Executivo do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Diretor da Revista de Contratos Públicos. Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

### Brasil

#### **Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais, onde leciona na graduação e Mestrado. Membro do colegiado do Curso de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da UFMG, onde já exerceu a Coordenação da Pesquisa e Extensão. Ex-Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo, hoje é membro da Diretoria do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Ex-Controladora Geral do Município de Belo Horizonte, onde já atuou também como Procuradora Geral Adjunta. Atuou, ainda, como coordenadora da área de direito administrativo da Escola Superior da OAB/MG. Membro de conselho editorial de várias revistas jurídicas e autora de obras.

#### **Dierle José Coelho Nunes**

Possui doutorado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Università degli Studi di Roma, La Sapienza (como pesquisador da CAPES) (2008), mestrado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003). É Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais na Linha "O Processo na construção do Estado Democrático de Direito". Professor Adjunto da PUCMINAS e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Secretário Geral Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro Fundador da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional (ABDCONST). Membro da Comissão de Juristas que assessorou no projeto de Novo Código de Processo Civil na Câmara dos Deputados. Advogado Sócio - Camara, Rodrigues, Oliveira & Nunes Advocacia.

#### **Helena Dias Costa Leão**

Coordenadora da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). Especialista em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Direito



instituto para o desenvolvimento democrático

Processual Civil pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Procuradora Federal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

#### **José Luiz Borges Horta**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e doutorado em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Atualmente é professor associado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em Dedicção Exclusiva, onde é Subcoordenador do Bacharelado em Ciências do Estado e integra o Conselho de Curadores da UFMG. Na Universitat de Barcelona (UB), Espanha, desenvolveu estudos pós-doutorais junto à Facultat de Filosofia, sendo recebido como Professor Visitante (2010-2011). Tem experiência na área de Filosofia do Estado e História do Direito, Filosofia da História e Filosofia da Cultura, e lidera dois grupos de pesquisa: o Grupo de Pesquisa dos Seminários Hegelianos (UFMG) e o Grupo internacional de Pesquisa em Cultura, História e Estado (UFMG-UB).

#### **Leonardo Augusto Marinho Marques**

Possui mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Atualmente é professor adjunto de processo penal da Universidade Federal de Minas Gerais e professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogado

#### **Marcelo Kokke Gomes**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). Atualmente é membro da AGU - Advocacia-Geral da União, Procurador Federal colaborador da Escola da Advocacia-Geral da União e Professor de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito.

#### **Márcio Ferreira Kelles**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983) e mestrado em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2006). Foi Coordenador Pedagógico da Escola de Contas e Capacitação Prof. Pedro Aleixo, do TCEMG, em 2003-2004 e exerceu o cargo de Diretor da Escola de Contas até julho de 2013. Entre 2003-2007 foi Conselheiro do FUNPEMG - Fundo de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. É Conselheiro do Programa Interministerial de Desburocratização, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e professor do CAD - Centro de Atualização em Direito, EJEJF - Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes/TJMG e IDDE - Instituto para o Desenvolvimento Democrático. Foi palestrante do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos últimos 25 anos, nas áreas de finanças públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Lei de Responsabilidade Fiscal, Controle de Contas Públicas e Direito Financeiro. É o Coordenador nacional do Grupo de Harmonização de Conceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos 33 Tribunais de Contas do Brasil, no âmbito do Programa Nacional de modernização dos Tribunais de Contas - PROMOEX / BID.

#### **Marilda de Paula Silveira**

Doutora em Direito pela UFMG. Mestre em Direito Público pela UFMG. Professora do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e Coordenadora Adjunta do Curso de Formação dos Magistrados do Tribunal de Justiça da Bahia. Vice-Presidente do Instituto de Direito Eleitoral do Distrito Federal - IDEDF e Diretora do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal - EDADF. Advogada.

#### **Marina França Santos**



instituto para o desenvolvimento democrático

Doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Mestra em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Advocacia Pública pelo IDDE em parceria com a Universidade de Coimbra. Procuradora do Município de Belo Horizonte. Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora e Diretora Presidenta da Escola Superior da Associação dos Procuradores Municipais de Belo Horizonte.

#### **Marlus Keller Riani**

Doutorando em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Empresarial pelas Faculdades Milton Campos. Especialista em Direito Civil pela Universidade Gama Filho. Foi Assessor Especial da Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e Coordenador-Adjunto do PROCON de Belo Horizonte. Advogado.

#### **Renata Roman**

Doutoranda em Direito Civil na Universidade de Salamanca. Mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Universidade de Coimbra. Presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente da OAB/MG. Diretora Executiva do IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático. Advogado.

#### **Rodolfo Viana Pereira**

Professor da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre em Direito Constitucional pela UFMG. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade de Paris II (França). Membro da Comissão Nacional de Direito Eleitoral da OAB. Coordenador Acadêmico do IDDE - Instituto para o Desenvolvimento Democrático. Advogado.

#### **Silvana Regina Santos Junqueira**

Possui Graduação em Comunicação Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte e Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Direito Público pelo Instituto de Educação Continuada IEC/PUCMINAS. Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro/MG. Advogada da União na Advocacia-Geral da União/Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais.

#### **Thomas da Rosa de Bustamante**

Professor da Faculdade de Direito da UFMG. Professor Honorário da Faculdade de Direito da Universidade de Aberdeen (Escócia). Doutor em Direito pela PUC/RJ. Mestre em Direito pela UERJ.

## **4 METODOLOGIA**

O Curso será realizado na modalidade à distância (*on-line*), sendo, portanto, necessário acesso por computador via internet. A cada semana o participante terá um Plano de Aula a seguir. Nesse roteiro, elaborado pelo professor, estarão detalhados os objetivos de aprendizagem, os conteúdos, um texto de apresentação e mobilização para os estudos e as atividades de aprendizagem a serem desenvolvidas.



instituto para o desenvolvimento democrático

As atividades de aprendizagem podem ser individuais (leituras, pesquisas, sínteses, videoaulas, etc) e/ou em grupo (debates, resolução de problemas, produções em grupo, etc.) e possuem um prazo para participação/entrega planejado pelo professor, tendo por base o material didático selecionado para o curso.

No Ensino à Distância, o estudante determina seus horários de estudo. Ele deverá cumprir com as atividades detalhadas no Roteiro de Aprendizagem, pois a realização destas, além de contabilizar frequência no curso, também fará parte da avaliação da aprendizagem. Durante a semana, o estudante possui liberdade para organizar o seu tempo de dedicação para a realização das atividades propostas, as quais devem ser entregues dentro do prazo informado pelos professores e tutores. O acesso poderá ser realizado durante os 7 dias da semana, 24 horas por dia.

Ao final do Curso, será previsto um encontro presencial em Belo Horizonte para realização de uma prova presencial e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os matriculados receberão todas as informações sobre os procedimentos de aprendizagem e serão acompanhados por um Tutor que os auxiliará ao longo do Curso.

## 5 CERTIFICAÇÃO

O Curso de Especialização em *Direito e Assistência Jurídica* será certificado pelo IDDE (Instituto para o Desenvolvimento Democrático), pelo *Ius Gentium Conimbrigae*/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e pela AVM Faculdade Integrada, possuindo validade nacional como Título de Especialista (Pós-Graduação *Lato Sensu*).

## 6 INVESTIMENTO

### Interessados em geral

- R\$7.980,00
- 12 parcelas de R\$665,00
- 5% de desconto à vista

### Defensores Públicos de Defensorias conveniadas

- R\$6.384,00
- 18 parcelas de R\$354,67
- 5% de desconto à vista

## 7 SOBRE O IDDE

O IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático é vocacionado para a concepção, organização e execução de projetos de formação e consultoria em Direito, Gestão Pública, Desenvolvimento sócio-econômico e Democracia.



instituto para o desenvolvimento democrático

Dada a excelência de sua atuação, já prestou serviços para vários órgãos públicos e privados, dentre os quais, destacamos os seguintes:

- a) Contratação pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCEMG) para concepção, organização e realização de Curso Internacional de Aperfeiçoamento *in company*, denominado “Controle e Responsabilidade Pública em Perspectiva Nacional e Comparada”;
- b) Contratação pela Advocacia Geral da União (AGU) e por várias Procuradorias Gerais de Estado e de Município para concepção, organização e realização de Especialização à Distância *in company* em “Advocacia Pública”;
- c) Contratação pela Advocacia Geral da União (AGU) e pela Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte (PGMBH) para concepção, organização e realização de Especialização presencial *in company* em “Advocacia Pública”;
- d) Contratação pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG) e pela Associação de Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS) para concepção, organização e realização de Especialização presencial *in company* em “Advocacia Pública”;
- e) Contratação por Câmaras Municipais e Prefeituras para concepção e implementação de Projetos de Educação para a Cidadania (Projeto “Envolver” em Itabira/MG, Projeto “Política e Cidadania” em João Monlevade/MG, por exemplo);
- f) Contratação pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) para realização de pesquisa de opinião junto aos industriais mineiros, no contexto do Programa “Visões para o Futuro: desenvolvimento e mercado”;
- g) Contratação pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG) para consultoria em várias áreas (políticas públicas, educação corporativa, planejamento tributário, etc.).

Nosso lastro de respeitabilidade gerou, também, parceria inédita com uma das mais respeitadas Instituições Jurídicas no plano internacional, fundada em 1290: a **Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, através de protocolo firmado com o seu *Centro de Direitos Humanos (Ius Gentium Conimbrigae)* para fins de realização, em parceria, de **Cursos de Pós-Graduação (Especialização) e Cursos de Atualização**.

Nos **Cursos de Atualização/Capacitação**, já realizamos várias ofertas, seja em turmas abertas, seja em turmas *in company*, prezando sempre pelo rigor na construção da metodologia do curso, na seleção do corpo docente e no cuidado com sua realização.



instituto para o desenvolvimento democrático

Todos os Cursos do IDDE, inclusive os presenciais, estão estruturados com apoio de **Plataforma de Ensino Online**, acessível 24h por dia através de computador, celular e tablet, possibilitando a expansão da aprendizagem com as mais modernas ferramentas de tecnologia da educação.

Nosso **Núcleo de Consultoria** dispõe de capital intelectual para liderar pesquisas e programas em assuntos relacionados às grandes áreas da Gestão Pública, do Direito, do Desenvolvimento e da Democracia, já tendo prestado serviços variados para o setor público e privado.

## 8 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Razão social	IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda.
CNPJ	08957721/0001-04
Endereço	Rua Espírito Santo, 1204, Centro, Belo Horizonte, MG, 30160-031
Telefone / Fax	(+5531) 3224-8438 / 3214-2260 / 3213-7329
Site	<a href="http://www.institutodemocratico.com.br">www.institutodemocratico.com.br</a>
Email	<a href="mailto:rodolfoviana@institutodemocratico.com.br">rodolfoviana@institutodemocratico.com.br</a> <a href="mailto:renataroman@institutodemocratico.com.br">renataroman@institutodemocratico.com.br</a>
Responsável Legal	Renata Roman (+5531) 9772-3667
Coordenador Acadêmico	Rodolfo Viana Pereira (+5531) 9744-2599

São Paulo, 04 de março de 2015.

Renata Roman  
Diretora Executiva

Rodolfo Viana Pereira  
Coordenador Acadêmico